

UM OLHAR DIASPÓRICO SOBRE A EXPERIÊNCIA DAS FEMINISTAS NEGRAS AFRICANAS: EM BUSCA DE ENCONTROS E EMPODERAMENTO

A DIASPORIC LOOK AT THE EXPERIENCE OF BLACK AFRICAN FEMINISTS: IN SEARCH OF ENCOUNTERS AND EMPOWERMENT

RESUMO

As reflexões presentes neste artigo, resultam de desdobramentos do estudo realizado para o pós-doutorado. O presente texto tem como objetivo relacionar o conhecimento e a experiência das feministas negras africanas com a experiência das feministas negras brasileiras, identificando aproximações e novos aprendizados. Neste sentido, foram levantadas as produções de seis mulheres, identificadas como feministas de países africanos. Para a leitura utilizaremos a afrocentricidade, categoria cunhada por Asante nos anos 1980. A categoria traz para o centro a experiência dos povos africanos e dos (as) negros (as) na diáspora, ao mesmo tempo que chama atenção para os perigos de um pensamento único. O estudo justifica-se pela necessidade que os (as) negros (as) na diáspora têm de reconhecerem-se como descendentes de um continente potente, cuja história no Brasil tem sido distorcida e negada. O estudo contribuirá para afirmar que esta história silenciada tem impactado a vida dos (as) negros (as), bem como, é um esforço de potencializar narrativas que desconstruam a ideia de uma África enfraquecida, passiva e sem história. Entendemos que esse estudo une-se a outros que buscam resgatar e recontar a história da África, conectando passado e presente, no reconhecimento de que os saberes e epistemologias africanas são imprescindíveis para um olhar novo sobre a história do Brasil e o empoderamento das mulheres negras brasileiras.

Palavras-chave: Afrocentricidade. Feminismo africano. Empoderamento.

ABSTRACT

The reflections present in this article result from the unfolding of the study carried out for the post-doctorate. This text aims at relating the knowledge and experience of black African feminists to the experience of black Brazilian feminists, identifying approaches and new learnings. In this sense, the productions of six women, identified as feminists from African countries, were surveyed. For the reading we intend to carry out, we will use Afrocentricity as a category, a category coined by Asante in the 1980s. The category brings to the center the experience of African peoples and blacks in the diaspora, at the same time that it draws attention to the dangers of a single thought. The study is justified by the need that blacks in the diaspora have to recognize themselves as descendants of a powerful continent, whose history in Brazil has been

Valdenice José Raimundo

Pós-doutora, Doutora, Mestre e Graduada em Serviço Social pela UFPE. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião e da graduação em Serviço Social.

distorted and denied. The study will contribute to affirm that this silenced history has impacted the lives of blacks, as well as, it is an effort to potentiate narratives that deconstruct the idea of a weakened, passive and historyless Africa. We understand that the study joins others that seek to rescue and retell the history of Africa, connecting the past and the present, in the recognition that African knowledge and epistemologies are essential for a new look at the Brazilian history and the empowerment of black Brazilian women.

Keywords: Afrocentricity. African feminism. Empowerment.

Introdução

Este artigo tem como objetivo relacionar o conhecimento e a experiência das feministas negras africanas oriundas da Nigéria, Gana, Uganda e Quênia, com a experiência das feministas negras brasileiras, a partir das reflexões teóricas de Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez e outras, visando identificar as aproximações e novos aprendizados. O processo reflexivo proposto teve como objetivo analisar o conhecimento produzido pelas feministas negras africanas, estabelecendo relações com a experiência da mulher negra brasileira. Para alcançar tal finalidade foram elaborados os seguintes objetivos específicos: levantar o conhecimento produzido pelas feministas africanas; relacionar o conhecimento produzido pelas feministas africanas com a experiência das feministas negras brasileiras e identificar novas possibilidades de compreensão da história das mulheres negras, a partir das experiências africana e brasileira.

O estudo justificou-se pela necessidade que os/as negros/as na diáspora têm de reconhecerem-se como descendentes de um continente potente, cuja história tem sido distorcida e negada. Contribuirá para afirmar que esta história negada e silenciada impacta a vida dos/as negros/as, bem como, é um esforço de potencializar narrativas que desconstruam a ideia de uma África enfraquecida, passiva e sem história. Neste sentido, une-se a outros que buscam resgatar e recontar essa história, conectando passado e presente, no reconhecimento de que os saberes e epistemologias africanas são imprescindíveis para este olhar novo.

Assim, mobilizada por esta necessidade de realizar um encontro entre o continente africano e o Brasil e animada pela filosofia do Sankofa¹, que significa a sabedoria de aprender com o passado para construir o presente e projetar o futuro. Ou seja, se há algo outrora vivido que possa contribuir com a transformação da realidade atual, que possamos retornar lá e pegá-lo. Tendo como princípio essa orientação de olhar para trás, visando potencializar possibilidades nas quais, a história que tem proporcionado práticas racistas, pode ser revista e nela impressas as verdades que nos foram negadas. A história da população negra brasileira e, especificamente, das

¹ Símbolo Adinkra dos povos Acã, grupo linguístico da África Ocidental que povoa a região que na atualidade abrange parte de Gana e da Costa do Marfim.

mulheres negras brasileiras, tem sido contada, muitas vezes, sem nenhuma conexão positiva com o continente africano. Os relatos são sempre a partir do processo de escravização. Segundo Almeida (2017) a história das mulheres negras brasileiras não começa no Brasil é anterior a escravidão, ou seja, tem início no continente africano. Contudo, seu sequestro para o Brasil, como escravizadas, traçou os rumos de suas vidas, ainda nos dias atuais.

Queremos que a história da mulher negra, seja entendida em conexão com o continente africano. Historicamente, insisto, tem sido contada uma versão que nega à mulher negra brasileira conhecer de forma positiva suas raízes. Entendemos que as razões pelas quais são negadas às mulheres o acesso a sua histórica e relação com o continente africano são diversas, mas acalentam uma única razão: a manutenção das relações hierarquizadas com base no racismo estruturante dessas relações.

E isto pode ser traduzido como uma imposição de uma perspectiva europeia, que para dominar e manter a dominação contribuiu com uma narrativa depreciativa e de subalternização das pessoas negras escravizadas e seus descendentes. Sendo assim, para a leitura que pretendemos realizar utilizaremos como categoria, para orientar as nossas reflexões a afrocentricidade, cunhada por Asante nos anos 1980. A categoria traz para o centro a experiência dos povos africanos e dos negros na diáspora, ao mesmo tempo que chama atenção para os perigos de um pensamento único. O autor vai enfatizar que “a afrocentricidade como ideia articula uma poderosa visão contra hegemônica que questiona ideias epistemológicas que estão simplesmente enraizadas nas experiências culturais de uma Europa particularista e patriarcal” (ASANTE, 2016, p.11).

Defendemos que o conhecimento de raiz eurocêntrica não tem sido capaz de explicar e apontar soluções para as problemáticas que a realidade da população negra demanda. Isto ocorre, quando é negado aos brasileiros, conhecer o continente africano, seus reinos, sua geografia, suas invenções, sua cultura, sua religiosidade, suas epistemologias e formas de resistência. No Brasil a Lei 10.639/03 fez brotar expectativas nesta direção, porém a realidade evidencia que a implementação da Lei, mesmo que indique uma conquista, esbarra em limites para sua efetividade, impostos pelo racismo estrutural que se expressa através do racismo institucional.

Diante disto indagamos: se encontramos dificuldades reais de ensinar sobre África antes da diáspora e sobre o negro brasileiro e suas formas de resistência no período colonial e pós-colonial, o que dizer sobre a África contemporânea? Em pleno século XXI a África ainda é apresentada como um país² e não um continente. Asante (2016) salienta que “no Brasil e Estados Unidos, milhões de pessoas de herança africana crescem acreditando que a África é uma realidade marginal na civilização humana quando, de fato, é o continente onde os seres humanos ergueram-se pela primeira vez” (ASANTE, 2016, p. 11). Muitas são as questões que nos inquietam, portanto, para este estudo, a questão que nos mobiliza e impulsiona é entender como o conhecimento, que origina-se da experiência, produzido pelas feministas negras

² O continente africano é composto por 55 países, distribuídos em cinco regiões (África Setentrional, África Meridional, África Central, África Ocidental e África Oriental).

africanas na contemporaneidade, pode contribuir para compreensão da experiência das mulheres negras brasileiras no campo das lutas contra as desigualdades de gênero, expressas na lógica patriarcal machista e sexista, na intolerância religiosa e na luta contra o racismo nas suas diversas expressões (estrutural, institucional e individual). Desconstruir perspectivas que nos foram impostas, na tentativa de nos subalternizar é, sem dúvida, ouvir outras vozes, trilhar novos caminhos, visando a libertação de um passado escravocrata, desterritorializado, desenraizado e de assimilações que nos apartavam de nós mesmos e dos demais negros/as na diáspora.

O encontro com a afrocentricidade: uma epistemologia libertária

Nos trabalhos anteriores sempre buscamos aproximar o que pesquisava ao continente africano. Sempre defendemos que para entender a realidade do povo negro brasileiro, tínhamos que olhar para a África. O interesse pela temática foi despertado desde que constatamos que a história oficial não tinha sido justa, no que dizia respeito a população negra brasileira.

Outro incômodo foi a ausência de uma perspectiva que apresentasse de forma positiva a história dessa população. Tentamos aproximações com o continente, como mencionamos em trabalhos anteriores, mas até então, não tinha encontrado uma perspectiva que subsidiasse o que via e entendia. A necessidade de entender a contribuição daqueles que para o Brasil foram trazidos à força e estabelecer relações que pudessem preencher as lacunas da história contada pela ótica do colonizador é o grande motivador para realização deste estudo.

Aproximar o que a história tratou de distanciar. Aproximar as leituras contemporâneas das mulheres negras de continentes distintos, mas com um lugar comum - a descendência - é algo que poderá contribuir para as reflexões e práticas das mulheres dos dois continentes. Certamente, este estudo tem potencial de colaborar com novos olhares sobre a realidade da mulher negra nos dois continentes e poderá produzir novas narrativas com potencial de fortalecer as mulheres negras nos seus diversos espaços de resistência, seja este cultural, religioso, político, acadêmico e, sobretudo, na vida cotidiana.

Segundo dados do IBGE (2010), a população negra brasileira corresponde a 54% da população brasileira e as mulheres negras representam 23,4%. São mulheres que, historicamente, têm lutado contra as precariedades impostas pela organização social capitalista que aprofunda as desigualdades de raça, gênero e classe. Os estudos desenvolvidos pelas estudiosas negras: Lélia Gonzalez (1982), Sueli Carneiro (2003), Jurema Werneck (2001), Nilma Lino (1995), Luiza Bairros (1995) e outras, apresentam que a perversa realidade racista, experimentada pelas mulheres negras, fundamenta-se nos princípios que originaram o modo de produção escravista e o formato que o mesmo assumiu no Brasil. Essa realidade se agudiza quando lhes é negada a possibilidade concreta de acessar suas raízes históricas. Além de mostrarem a realidade

das mulheres negras brasileiras, as autoras acima mencionadas, contribuíram e têm contribuído, efetivamente, com o movimento feminista negro. Suas contribuições teóricas potencializaram novas leituras acerca das lutas e da resistência, de modo que tem fortalecido o desejo de que todas possam viver com dignidade.

Neste sentido, olhar para o continente africano e buscar nele a história negada, tem sido um dos desafios vivenciados por diversos (as) estudiosos (as) negros (as) na diáspora. É neste contexto de luta, para construção de uma nação efetivamente democrática, que abrimos novas possibilidades de relação com o continente africano na contemporaneidade, buscando a partir das produções e experiências das feministas negras estabelecer relações com a realidade das mulheres negras brasileiras. Levantar esta realidade se apresentou como desafio que estruturou este processo investigativo. Para uma compreensão, fundamentalmente, afrocentrada, o esforço se deu no sentido de construir aproximações e apreensões ao objeto, a partir da afrocentricidade e da africanologia.

A aproximação à categoria da afrocentricidade ocorreu por entender que ela nos dará suporte para a compreensão do objetivo delineado para este trabalho. A afrocentricidade surgiu na década de 1980 com a publicação do livro *Afrocentricidade* de Molefi K. Asante³. A ideia afrocêntrica tem como princípio que o “africano⁴ deve operar como agentes autoconscientes, não mais satisfeitos em ser definidos e manipulados de fora” (MAZANA, 2009, p. 111).

Segundo a autora acima citada, a afrocentricidade surgiu em resposta à supremacia branca. Que se expressa através de três formas: processo físico de pura violência, expresso no processo de escravização; processo social e econômico pelo qual muitos povos perdem sua soberania e vivem em suas terras, mas sem ter acesso aos seus recursos; por fim, o processo mental, mediante a ocupação dos espaços psicológico e intelectual dos que devem ser submetidos. Na sua reflexão a autora destaca que:

Embora se possa observar em diversos domínios o efeito desse processo mental de internalizar a supremacia branca, a afrocentricidade como paradigma focaliza o aspecto intelectual da questão. Em primeiro lugar deve-se reconhecer que qualquer ideia, conceito ou teoria, por mais “neutro” que se afirme ser, constitui o produto de uma matriz cultural e histórica particular. [...]. Assim abraçar uma ideia ou teoria europeia não é, como parece, um inocente exercício acadêmico (MAZAMA, 2009, p. 113).

Neste contexto a afrocentricidade surge questionando e negando o eurocentrismo que apresenta o europeu como um povo civilizado e o negro como primitivo, supersticioso, incivilizado, etc. E convida os africanos a que “se reancorem,

3 ASANTE, Molefi. K. *Afrocentricity: The theory of social change*. Buffalo, NY: Amulefi, 1980.

4 Em concordância com Mazama (2009), neste estudo o termo “africano” pode ser aplicado ao afrodescendente na diáspora.

de modo consciente e sistemático, em sua própria matriz cultural e histórica dela extraíndo os critérios para avaliar a experiência africana” (MAZAMA, 2009, p.114).

Ao trabalhar os aspectos cognitivos do paradigma, a autora supracitada diz que toda compreensão da realidade deve se orientar pela centralidade da experiência africana. Este é um princípio que não pode ser relegado por quem quer realizar um estudo que se declara afrocêntrico. Suas implicações epistemológicas são profundas.

Ao colocar os “valores e ideias da África” no centro da vida africana, a afrocentricidade esposa a cosmologia, a estética, a axiologia e a epistemologia que caracteriza a cultura africana. Karenga (2003) identifica como centrais entre as características culturais africanas as seguintes orientações compartilhadas: 1) centralidade da comunidade; 2) respeito à tradição; 3) alto nível de espiritualidade e de envolvimento ético; 4) harmonia com a natureza; 5) natureza social da identidade individual; 6) veneração dos ancestrais; 7) unidade do ser (MAZANA, 2009, p. 117).

A afrocentricidade é alicerçada nos princípios de vários sistemas filosóficos. Segundo Asante, citada por Mazama (2009), são quatro: as premissas básicas afrocêntricas; a filosofia de Marcus Garvey; o movimento de negritude; Kawaida⁵ e a historiografia de Diop. Nos aspectos sociológicos, destacaremos a africologia que pode ser entendida como o estudo afrocêntrico dos fenômenos, eventos, ideais e personalidades relacionadas à África. Baseado em Asante (2003), Mazana (2009) vai dizer que o simples estudo dos fenômenos africanos não é africologia. A africologia terá como foco os africanos como sujeitos, e não como objetos definidos de fora.

O aparato conceitual da africologia tem como base centro, localização, lugar, deslocamento e realocação. No que diz respeito ao conceito de centro é importante demarcar que a história, a cultura, e a ancestralidade determinam a identidade africana. E a identidade determina o lugar na vida, tanto material quanto espiritual. Construir aproximação com a produção das feministas negras africanas e estudar a realidade das mulheres negras brasileiras, orientadas por uma perspectiva que valorize a experiência africana e dos(as) negros (as) na diáspora, tornou-se bastante relevante para o estudo em questão, pois colocou em evidência aspectos não contemplados por outras epistemologias.

Nesta perspectiva, entende-se que as fontes mais seguras de conhecimento sobre as mulheres negras, são elas mesmas. O entendimento de que se deve

5 É uma filosofia da teoria e movimento nacionalista cultural chamada kawaida (uma palavra suaíli que significa “tradição” ou “razão”), sendo uma síntese de ideologias nacionalistas, pan-africanistas e socialistas. Foi criado e definido por Maulana Karenga durante o auge do orgulho negro e autoconsciência que caracterizaram o movimento *Black Power*, em 1966. Karenga acreditava que os negros precisavam de uma mudança de consciência antes de poderem montar uma luta política para se fortalecerem. Ele argumentou que a recuperação de um sistema de valores africano baseado no *nguzo saba* (sete princípios) de *umoja* (unidade), *kujichagulia* (autodeterminação), *ujima* (trabalho coletivo e responsabilidade), *ujamaa* (economia cooperativa), *nia* (propósito), *kuumba* (criatividade) e *imani* (fé) serviriam como um catalisador para motivar, intensificar e sustentar a luta negra contra o racismo.

questionar e negar os modelos, as construções opressoras, deve vir acompanhado de uma alternativa teórico-metodológica de cunho libertador. Este é o objetivo último da afrocentricidade. O paradigma afrocentrado defende que todo conhecimento deve servir a libertação e ao empoderamento⁶ dos povos africanos e dos negros (as) na diáspora. Um conhecimento que tenha utilidade.

Transformar o conhecimento em ferramenta de libertação é um caminho trilhado por muitas mulheres negras e isto pode ser representado na voz de Audre Lorde (1984):

Aquelas de nós que estão fora do círculo do que essa sociedade define como mulheres aceitáveis, aquelas de nós que foram forjadas nos caldeirões da diferença – aquela de nós que somos pobres, que somos lésbicas, que somos negras, que somos velhas – sabemos que sobrevivência não é uma habilidade acadêmica. É aprender a estar sozinha, impopular e às vezes insultada, e a fazer causa comum com aquelas outras identificadas como externas às estruturas, para definir e buscar um mundo no qual todas nós possamos florescer. É aprender a tomar nossas diferenças e torná-las forças. Pois as ferramentas do senhor nunca vão desmantelar a casa-grande (LORDE, 1984, p. 111).

As análises que apontam na direção de um processo libertário têm as condições de superar as visões distorcidas e brutalizadoras, que historicamente tem subestimado o potencial da produção das mulheres negras, processo conhecido como epistemicídio⁷. O movimento de mulheres negras tem se inserido no cenário de lutas e tem ousado denunciar o racismo, inclusive denunciar as epistemologias que são usadas para mantê-lo. A relevância do movimento de mulheres é confirmada por meio das estratégias de enfrentamento a tais práticas.

Diante disto, percebemos a necessidade de continuar o que já foi iniciado pelos/as pensadores/as afrocentrados/as, pelo movimento negro feminista⁸, dialogando de forma criteriosa, focado na história, na cultura, na religião, nas vivências, ou seja,

6 Derivado do inglês, *empowerment* é um termo que surgiu na sociologia, psicologia e no serviço social com referência a pessoas e populações discriminadas (mulheres, indígenas, afrodescendentes...) ou pertencentes a grupos tradicionalmente excluídos do padrão ocidental, do chamado “normal”. Empoderamento se refere ao processo de perceber criticamente o discurso de discriminação sofrida; reconhecer-se e assumir a própria identidade como pertencente ao grupo discriminado; embasar e consolidar a autoestima necessária para tornar-se protagonista da própria vida, apesar da discriminação sofrida. Este processo significa construir e exercer uma forma de poder em relação a si mesmo e a vida (MAZAMA, 2009, p. 127).

7 Epistemicídio é um termo criado pelo sociólogo e estudioso das epistemologias do Sul Global, Boaventura de Sousa Santos para explicar o processo de invisibilização e ocultação das contribuições culturais e sociais não assimiladas pelo ‘saber’ ocidental. Esse processo é fruto de uma estrutura social fundada no colonialismo europeu e no contexto de dominação imperialista da Europa sobre esses povos (GARIGHAN, 2021, p. 1).

8 Ver: CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero, 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/> Acesso: 26/10/2018.

na produção de um conhecimento capaz de considerar os valores como já citados anteriormente, quais sejam: a centralidade da comunidade; o respeito à tradição; o alto nível de espiritualidade e de envolvimento ético; a harmonia com a natureza; a natureza social da identidade individual; a veneração dos ancestrais e a unidade do ser. Um conhecimento capaz de apreender as questões materiais e os impactos delas sobre a vida da população, mas com sensibilidade para captar a dimensão espiritual (dimensão de diálogo com a ancestralidade, sabedoria dos mais velhos, algo que move a busca pela vida, pelo conhecimento).

O conhecimento afrocentrado questiona a dominação do conhecimento europeu. Collins (2016) dialoga com Brittan e Maynard (1984, p. 199) ao exporem que “a dominação sempre envolve a objetificação do dominado; todas as formas de opressão implicam a desvalorização da subjetividade do oprimido”. É possível entender que a afrocentricidade fornecerá subsídios para a partir de “olhar o mundo através de nossos próprios óculos⁹” forjar teoricamente e na vivência cotidiana estratégias de empoderamento das mulheres negras.

A definição dos requisitos necessários para arquitetar as possibilidades impulsionadoras da desnaturalização do lugar que a mulher negra ocupa na sociedade brasileira passa certamente por revisitar a história e contá-la de um jeito novo, guiado por uma epistemologia que aponte na direção da libertação das amarras deixadas pelo colonizador.

Um percurso metodológico

Apoiados pela afrocentricidade e orientados pelos princípios metodológicos da africologia¹⁰:

De forma resumida, então, os princípios metodológicos da africologia são os seguintes: toda investigação deve ser determinada pela experiência africana; o espiritual é importante e deve ser colocado no lugar devido, a imersão no sujeito é necessária; o holismo é um imperativo; deve-se confiar na intuição; nem tudo é mensurável porque nem tudo que é importante é material; o conhecimento gerado pela metodologia afrocêntrica deve ser libertador (MAZAMA, 2009, p. 123).

Realizamos a pesquisa bibliográfica, meio pelo qual acessamos às feministas africanas, a partir dos seus escritos, os quais foram analisados utilizando a análise de conteúdo, considerando a abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica considerou o enunciado por Gil (2010), ou seja, o levantamento foi realizado com base nos materiais

⁹ Fala de Marcus Garvey, disponível em <https://stringfixer.com/pt/Garveyite>. 28/09/21.

¹⁰ É válido esclarecer que a aproximação com a africologia é recente. É um processo em maturação. Daí a associação dela, ainda, a outras técnicas de pesquisa.

já publicados, no caso publicações das feministas negras africanas. Em diálogo com Tomasini (2008) a pesquisa, se desenvolveu a partir de conceitos teóricos, presentes em livros, artigos, documentos, etc. Acrescentamos, ainda, em concordância com Junior (2009) as fontes eletrônicas como meio para busca das informações necessárias para o desenvolvimento de um determinado estudo. É válido ressaltar que todo material levantado foi acessado na internet. A abordagem qualitativa foi apreendida seguindo a concepção proposta por Richardson (2008) como aquela que não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas. Os conteúdos serão analisados considerando as experiências e as reflexões que elas inspirarem.

A análise de conteúdo foi adotada por que, segundo Bauer (2002), nos permitirá realizar a análise de materiais textuais, especificamente materiais impressos. A análise de conteúdo, neste estudo, contribuiu para uma compreensão dos resultados em conformidade com o proposto. Segundo Bardin (2009) a análise de conteúdo não é uma técnica nova, pois era utilizada para decodificar textos antigos a exemplo dos livros sagrados. A autora ainda considera que a análise de conteúdo implica num conjunto de técnicas metodológicas, capazes de decifrar as diversas formas de comunicações com o objetivo de conseguir através de procedimentos sistemáticos e objetivos uma aproximação significativa com o conteúdo das mensagens. Sendo assim, nesta pesquisa procuraremos evidenciar os significados do que está dito e o que muitas vezes ficou marginal.

Orientada pelas três fases apresentadas por Bardin (2009) e pelos elementos anunciados pela afriologia, na primeira fase, denominada de pré-análise, será realizado o levantamento das produções das feministas africanas e a definição de quais delas será alvo desta investigação. Escolhidas as feministas africanas partiremos para a segunda fase, da exploração do material focando nas relações possíveis entre as africanas e as brasileiras. Por fim, o tratamento dos resultados, tendo como orientadores as experiências, que analisaremos, considerando a inferência e a interpretação.

Dialogando com as feministas negras africanas

Orientada pela perspectiva teórico-metodológica anunciada pela afrocentricidade e a afriologia, foi realizado o levantamento das feministas negras africanas. A escolha foi feita a partir do site do Geledés¹¹. No levantamento nos deparamos com o texto “18 feministas africanas para conhecer e celebrar da Moiyattu

¹¹ É uma organização política brasileira de mulheres negras contra o racismo e sexismo, tendo como principal objetivo erradicar a discriminação presente na sociedade que afeta indivíduos com essas características, sem desencorajar a luta contra todas as restantes formas de discriminação, tais como a homofobia, a discriminação baseada em preconceitos regionais, de credo, opinião e de classe social, tendo em vista que todos os alvos de discriminação são afetados pela iniquidade que tende a restringir a fruição de uma plena cidadania. Seu nome deriva do conceito de Guelede, sociedades secretas femininas na cultura Iorubá. Conferir em www.geledés.org.br.

Banya¹². No texto, além da autora apresentar as 18 feministas, ela também coloca uma questão, que traz uma certa polêmica, mas que sua leitura concilia, que é o feminismo no continente:

O que é feminismo Africano? Muitas feministas de todo o mundo têm contestado se a ideia, se as concepções modernas do feminismo são Africano ou não-Africano. Na verdade, o feminismo tem existido na África desde os tempos da rainha Nzinga de onde é hoje Moçambique e Yaa Asantewaa de Gana. Essas mulheres têm inspirado as feministas africanas contemporâneas, que têm contribuído significativamente para o feminismo de várias formas, seja através da arte, da música, da escrita ou da política. Elas estão comprometidas a trazer as vozes das mulheres africanas para os espaços onde trabalham, e elas são de fato agentes de mudança, não apenas no continente Africano, mas também em toda a Diáspora Africana (BANYA, 2015, p. 1).

É com base na compreensão acima, que selecionamos entre as dezoito, seis. São elas:

Minna Salamm é uma jornalista, escritora e palestrante nigeriano-finlandesa, que tem divulgado informação relacionada com o Feminismo Africano, a diáspora africana e as mulheres nigerianas, através do seu famoso blog MsAfropolitan, um blog pan-Africano feminista multi-premiado. Os seus artigos são publicados no The Guardian, Nigéria e no The Huffington.

Chimamanda Ngozi Adichie nasceu na Nigéria, em 1977. Ela é autora de três romances aclamados pela crítica: “Hibisco Roxo” (2003), “Meio sol amarelo” (2006), e “Americanah” (2013). Ela também lançou uma coletânea de contos, “The Thing around Your Neck” em 2009. Chimamanda se auto-identifica como feminista e tem escrito e dado palestras sobre vários temas atuais relacionados às questões das mulheres na Nigéria e em toda a Diáspora.

Sylvia Tamale nasceu na Uganda, é professora associada na Makerere University in Uganda. A sua pesquisa inclui as seguintes áreas de interesse: Mulheres do Terceiro Mundo e a Lei, Teoria Legal Feminista, Gênero e Política, Gênero e Sexualidade. É autora de várias publicações e recebeu inúmeros prêmios.

Crystal Simeoni é queniana. Chefe de Advocacia. Liderou a área de Justiça Econômica na FEMNET, uma das maiores redes de direitos das mulheres da África.

Amina Mama, professora, é nigero-britânica, escritora feminista e intelectual que trabalha há mais de duas décadas em pesquisa, ensino, mudança organizacional, e edição, na Nigéria, Grã-Bretanha, Holanda, África do Sul e nos EUA. Ela passou uma década na Universidade de Instituto Africano de Gênero da Cidade do Cabo, onde

12 Moyattu Banya é natural de Serra Leoa, feminista e escritora. Atualmente leciona Estudos sobre a Mulher cursos na Universidade Temple, nos Estados Unidos e também faz consultoria internacional com empresas sociais na África Ocidental. Ela é fundadora da Women Change Africa. Moyattu faz parte do Fundo de Desenvolvimento das Mulheres Africanas (AWDF).

liderou o desenvolvimento colaborativo de estudos feministas e de pesquisa para contextos africanos. Atualmente trabalha como professora do Núcleo de Mulheres e Estudos de Gênero da Universidade da Califórnia, em Davis.

Abena Busia é escritora, poeta e professora, de Gana. Preside o Departamento de Mulheres e Estudos de Gênero da Universidade de Rutgers, em Nova Jersey. Ela também é co-diretora e co-editora do inovador projeto Women Writing Africa, uma antologia de vários volumes publicados pela Feminist Press na Universidade da Cidade de Nova York.

A escolha dessas mulheres se deu pela aproximação da experiência delas com a experiência das mulheres negras no Brasil. Elas são ativistas, poetisas, acadêmicas, artistas, comprometidas com a emancipação e empoderamento das mulheres de todo continente africano e do negro na diáspora.

Foi escolhido de cada uma delas, artigos/textos que pudessem auxiliar na análise. É válido salientar, que foram lidos mais de uma publicação. Os textos selecionados foram: Minna Salamm - Uma breve história do feminismo africano (2017); Chimamanda Ngozi Adichie - Somos todos feministas (2015); Sylvia Tamale - As dez faces da sexualidade (2017) e Nudity, Protest and the Law in Uganda (2017); Crystal Simeoni - Growth for Whom? A Pan African Feminist Reflection on Macro Level Economic Policies (2019); Amina Mama - The Power of Feminist Pan-African Intellect (2017); Abena Busia - O poema Liberation (1985).

Nas leituras foi possível identificar, a partir das experiências africanas algumas relações que apresentamos a seguir:

A verdade é que o feminismo é uma necessidade absoluta para as sociedades africanas.

[...] África tem algumas das civilizações mais antigas do mundo, por isso, embora nem sempre o chamassem de feminismo (o substantivo) até onde podemos rastrear sabemos que haviam mulheres que eram feministas (o adjetivo) e que encontraram maneiras de se opor ao patriarcado. Portanto, o feminismo é uma parte importante da história das mulheres africanas.

[...] No final das contas, cabe somente às mulheres africanas assumir a responsabilidade de proteger as histórias das mulheres africanas e conectá-las às situações de hoje (SALAMM, 2017, p. 1-3).

Os fragmentos do texto da Minna Salamm (2017), conecta as mulheres da África com as do Brasil. O feminismo concede às mulheres memórias das diferentes lutas e conquistas, que precisam, permanentemente, serem protegidas. Para mulheres de ambos os continentes, o feminismo é um instrumento de luta, uma vez que “as mulheres são sistematicamente marginalizadas dentro de nossas sociedades ao nível local e global. À medida que nossos olhos se abrem cada vez mais para esta verdade, devemos continuar a nos libertar e nos defender...” (SALAMM, 2017, p. 3).

Chimamanda Ngozi Adichie

A escritora chama atenção para as ideias distorcidas que a sociedade tem das mulheres que se nomeiam feministas. Deixa claro que a diferença entre homens e mulheres resultam das relações desiguais. A postura da sociedade de ensinar que os homens são mais importantes, corrobora com as desigualdades. Chama atenção que os homens que se afirmam progressistas podem reproduzir ideias equivocadas sobre as feministas e suas pautas. A questão das relações de gênero como está estabelecida é uma injustiça. Um outro ponto importante colocado por Adichie é que as mulheres são educadas para não sentir raiva, não serem agressivas.

Fica evidente que as interpretações sobre as mulheres que questionam as práticas patriarcais são, na maioria das vezes, contundentes. Elas são julgadas de forma severa. Rebelar-se contra uma construção que privilegia homens e subalternizam mulheres tem um custo impactante. De fato, o feminismo negro brasileiro tem experimentado críticas semelhantes, que visam o enfraquecimento do movimento. Porém, as mulheres negras continuam resistindo e evidenciando para os homens negros e mulheres e homens brancos que não basta ser de esquerda (progressista), precisam se aliar a luta feminista. Em relação a raiva Audre Lord no artigo: Os usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo, que é parte do seu livro *Sister Outsider* (2013) diz:

Minha resposta ao racismo é raiva. Eu vivi com raiva, a ignorando, me alimentado dela, aprendendo a usá-la antes de ela destruir minhas visões, durante a maior parte da minha vida. Uma vez respondi em silêncio, com medo do peso. Meu medo da raiva me ensinou nada. Seu medo da raiva irá te ensinar nada, também. Mulheres respondendo ao racismo significa mulheres respondendo à raiva; a raiva da exclusão do privilégio inquestionável, de distorções raciais, do silêncio, maltrato, estereótipo, defensividade, errar nomes, traição e cooptação. Minha raiva é uma resposta a atitudes racistas e a ações e presunções que surgem dessas atitudes. Se a forma como você lida com outras mulheres reflete essas atitudes, então minha raiva e seus medos que a acompanham, são focos que podem ser usados para o crescimento, do mesmo modo, que eu usei ao aprender a expressar raiva para o meu crescimento. Mas para cirurgia corretiva, não culpa. Culpa e defensividade são tijolos num muro contra o qual todxs nós nos debatemos; eles não servem aos nossos futuros (LORD, 2013, p. 1).

Para Adichie (2015) as mulheres não devem silenciar, elas precisam permitir a raiva. A cultura dita maneiras que precisam ser mudadas, porque para ela, a cultura, está sempre em transformação. Esta tem sido a luta do movimento feminista negro no Brasil.

Sylvia Tamale

No artigo “As dez faces da sexualidade”, Tamale (2017) mapeia dez diferentes “faces” da sexualidade, conforme tem se manifestado em Uganda e analisa suas intersecções com os direitos humanos, as regras e normas que *de juree de facto* moldam e adornam as suas características. A autora apresenta as faces erótica, legal, religiosa, política, reprodutiva, violenta, cultural, heteronormativa, HIV e a subversiva. Ao apresentar as diferentes faces a autora trata de questões caras aos defensores dos direitos humanos e do movimento feminista. São questões como homoafetividade, violência contra a mulher, direitos reprodutivos, dentre outros. No texto “Nudity, protest and the law” (2017), a autora nos convida a repensar a nossa estrutura mental, pois acredita que o nosso cérebro foi socializado para garantir o controle dos corpos e padronizar a sexualidade. Este comportamento é fortalecido pela dimensão religiosa articulada a cultural e a legal. Para ela a Sexualidade é um dos problemas mais complexos e politizados no continente Africano. Em resumo Tamale nos deixa uma orientação: “O mundo tentará no máximo definir quem você é, não deixe que o mundo te defina. Nunca faça escolha para atender as expectativas dos outros” (2017, p 12).

O que a autora acima citada trata, coaduna com as pautas do movimento feminista negro. A sociedade alicerçada na lógica patriarcal elabora mecanismos para controlar os corpos das mulheres. O controle sobre os corpos se amplia para outras vivências, subalternizando as mulheres. A luta das mulheres na África e no Brasil é pelo direito de decidir em todas as áreas de sua vida. Nos textos a autora expõe conquistas e retrocessos, mas anima a manter formas subversivas às amarras que o patriarcado nos quer impor.

Crystal Simeoni

Todo esforço da autora é para contribuir para que a luta das mulheres na África seja um meio de despertar a capacidade de articular suas questões, através de uma lente macroeconômica feminista pan-africana¹³ e para que estejam, significativamente, presentes nos espaços políticos e de decisão. Questiona o poder masculino nos espaços de decisões, principalmente nas decisões macroeconômicas. Esclarece que o modelo de crescimento não tem funcionalidade para as mulheres na África, pois, essas, enfrentam uma série de barreiras estruturais. Neste sentido, aponta que uma chave para alcançar a igualdade de gênero tem sido a chamada para o empoderamento econômico das mulheres. Esta é uma das pautas tratadas pelo movimento das mulheres negras brasileiras. A emancipação social e econômica das mulheres negras é pauta constante. Isto ocorre, porque está vinculada a questões estruturais.

¹³ O pan-africanismo é o nome dado a uma ideologia que acredita na união dos povos de todos os países do continente africano e da diáspora, para lutar contra as desigualdades impostas pelo colonizador e seus descendentes.

Amina Mama

Defende que a luta pela igualdade de gênero no período pós-colonial nigeriano e do continente precisa ser entendida como uma junção entre teoria e ativismo, pois este se revela como um Movimento continental, atuando em todos os setores da vida das mulheres. De acordo com a autora a produção do conhecimento pelas feministas, que estão na academia, somado à vontade coletiva, resulta no ativismo. Defende ainda que à organização coletiva adiciona a consciência feminista e essas, têm que ser informadas por teorias sólidas geradoras de mudanças. Sua reflexão é sintetizada pela ideia de que o fortalecimento da consciência feminista, tonifica a vontade coletiva de mudança. A principal defesa é de que as feministas que estão na academia, não podem se isolar daquelas que estão nos movimentos sociais, nem tampouco, as que estão no movimento devem preferir as que estão na academia, mas que ambas, podem juntas, contribuir para as mudanças almejadas para todas as mulheres.

Este é, do nosso ponto de vista, algo importante e necessário, a não fragmentação do movimento de mulheres. As experiências precisam potencializar os segmentos que seguem na luta. Este é um desafio que precisa ser assumido. O movimento estará enfraquecido quando dicotomizado e se assumir a endogenia. O movimento precisa estar aberto, num movimento de mão dupla. É válido salientar, que na obra escolhida, a autora dialoga com as concepções de consciência e práxis do brasileiro Paulo Freire¹⁴.

Abena Busia

Libertação¹⁵

Somos todas mães,
e temos esse fogo dentro de nós,
de mulheres poderosas
cujos espíritos estão tão irritados
podemos rir com beleza na vida
e ainda fazer você provar
as lágrimas de sal de nosso conhecimento —
Porque não somos mais torturadas,
mas eu não tinha certeza de que veríamos
além de suas mentiras e disfarces,
e dominamos a linguagem das palavras,
dominamos o discurso.
E saiba
nós também nos vimos.

14 A autora faz menção a Paulo Freire na obra: Freire, Paulo. n.d. "Concepts Used by Paulo Freire". Available at www.freire.org/paulofreire/concepts-used-by-paulo-freire.

15 O texto original é em inglês, com o título *Liberation*. Para este texto foi realizado uma tradução livre.

Nós nos despojamos cruas
 e nuas, peça por peça até que nossa carne está esfolada
 com sangue em nossas próprias mãos.
 Que coisa terrível você pode nos fazer
 que não fizemos a nós mesmos?
 O que você pode nos dizer
 que não nos enganamos com
 há muito tempo?
 Você não pode saber quanto tempo nós choramos
 até que rimos
 sobre os pedaços quebrados de nossos sonhos.
 Ignorância
 nos despedaçamos em tais fragmentos
 tivemos que nos desenterrar pedaço por pedaço,
 para se recuperar com nossas próprias mãos tais relíquias inesperadas
 mesmo que nos perguntemos
 como poderíamos segurar tal tesouro?
 Sim, nós concebemos
 para forjar nossas esperanças mutiladas
 na substância das visões
 além de suas imaginações
 para declarar a dor de nossa libertação:
 Então nem pergunte,
 não pergunte o que é que estamos trabalhando com este tempo;
 Sonhadores se lembram de seus sonhos
 quando eles são perturbados -
 E você não deve escapar
 do que vamos fazer
 dos pedaços quebrados de nossas vidas (...) (Abena Busia – 1985).

A escolha pela dimensão poética de Abusia, se deu pelo reconhecimento de que muitas das nossas demandas e dores na luta, podem ser expressas de forma poética. No movimento de mulheres negras no Brasil temos: Conceição Evaristo, Odailta Alves, Carolina Maria de Jesus e tantas outras. A poesia neste contexto aparece como espaço para revelar o não dito, o dito e o que virá a ser dito. É um espaço, no qual a autonomia e a liberdade ganham força. Onde a criação serve com espaço de oxigenação, renovação para quem escreve e para quem lê. É um instrumento de luta e de prazer, de denúncia e de acolhida utilizado na África, no Brasil e em qualquer lugar do mundo, onde o sonho de libertação for acalentado.

Considerações finais

Como tentamos demonstrar em todo o estudo o conhecimento de raiz eurocêntrica não dialoga com a realidade das mulheres negras e nem da população negra na África e na diáspora. É, de fato, desafiador nos países colonizados a elaboração

de um pensamento comprometido com um conhecimento de raiz africana, capaz de dialogar com as necessidades, inquietações e anseios de uma população “desenraizada” pela lógica do embranquecimento imposto pelo colonizador – europeu.

Defender uma perspectiva epistemológica livre da ótica colonizadora é provocador e instigante. Construir um conhecimento decolonial, ou seja, descentrado do pensamento ocidental, branco e europeu dominante, é extremamente difícil, mas como vimos ao longo deste estudo é um movimento necessário. A defesa é de um conhecimento de nós, produzido a partir das nossas experiências. É entender que não somos apenas objeto de estudo, somos sujeitos da história. A perspectiva aqui adotada tem como finalidade a nossa libertação, entendida como uma iniciação para nos colocar de forma consciente na luta. É, sem dúvida, confrontador construir isto, estando inserido numa realidade organizada por um conhecimento que claramente privilegia o branco em detrimento do negro. É válido salientar que é um conhecimento que oprime e não fortalece, ocasionando um desenraizamento. Este desenraizamento é perverso, pois de acordo com Fanon (2008) nos impõe máscaras brancas e nega o corpo negro, pois no contexto racista o corpo negro está fora do padrão e junto com o corpo negro, sua religiosidade, cultura e saber.

Um caminho para retirada das máscaras brancas é aceitação do corpo negro, isto se dará através do acesso a um conhecimento, que possibilite participar de forma consciente e crítica da história, entendendo-a como espaço para produzir novos conhecimentos. As mulheres aqui pesquisadas e suas experiências e reflexões nos ensinam que as lutas das mulheres extrapolam fronteiras nacionais. As reflexões apontadas pelas africanas, aqui estudadas, trazem contribuições efetivas para fortalecer o movimento de mulheres negras brasileiras, onde destacamos: a) a defesa de que as mulheres precisam participar de espaços de decisões macroeconômicas, uma vez que essas decisões impactam suas vidas; b) a defesa do direito de ser quem são; c) a luta pelo controle sobre seu corpo; d) a poesia, enquanto espaço de denúncia e resistência; e) as práticas das mulheres africanas evidenciam um posicionamento contrário as opressões sofridas pelas mulheres e diante disto, a palavra de ordem é se organizar para resistir. Quando Crystal Simeoni (2019) aponta a necessidade de as mulheres participarem ativamente dos espaços de decisão, ela indica uma saída que é investir na formação das mulheres, visando o empoderamento delas.

A tentativa de uma análise levando em consideração a experiência das mulheres africanas e das mulheres negras brasileiras no decurso das argumentações aqui traçadas, expõe elementos da realidade africana que converge com a realidade brasileira. O movimento de resistência diante das marcas da situação colonial persiste como chagas abertas nos dois continentes. Fica muito evidente, a necessidade de provocar um posicionamento que se oponha as assimetrias, transgredindo-as. Postura fortemente assumida pelas mulheres africanas e brasileiras.

Entendemos que temos muito que aprender sobre a África antes da invasão dos colonizadores e a África na contemporaneidade. As vozes e olhares aqui trocados, ou seja, a tentativa de uma aproximação e conexão trouxe reflexões que não serão

possíveis de serem aqui concluídas, mas que se abrem para novos estudos e publicações de artigos.

É neste contexto que se enquadra este estudo. Visa ampliar o leque de conhecimentos que tenham como protagonistas a população negra e aqui, especificamente, a mulher negra. De acordo com Asante: “A afrocentricidade se anuncia como uma forma de ideologia antirracista, antiburguesa e antisexistista que é nova, inovadora, desafiadora e capaz de criar formas excitantes de adquirir conhecimento” (2016, p. 11). Os passos iniciais nesta direção, já estão dados.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: companhia das letras. 2015.

ASANTE, Molefi Kete. *Afrocentricidade como crítica do paradigma hegemônico ocidental: Uma introdução a uma ideia*. Ensaaios filosóficos, volume XIV. 2016.

ALMEIDA, Magali. *Da África para o Brasil: a força das mulheres negras*. Entrevista/ CRESS/MG. 08/03/2017.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BAIROS, Luiza. *Nossos feminismos revisitados*. Estudos Feministas, v.3, n.2. Florianópolis, Universidade de Santa Catarina, 1995.

BAUER, Martin W. *Análise de Conteúdo Clássica: uma revisão*. In: *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002.

BANYA, Moiyattu. *18 feministas para conhecer e celebrar*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/?s=18+feministas+para+conhecer>. Postado em 2015. Acessado em: 14/04/2018.

BUSIA, Abena, Liberation. In: *Poems*, Kunapipi, 7(2), 1985. Disponível em: Available at:<https://ro.uow.edu.au/kunapipi/vol7/iss2/21>. Acessado em: 13/04/2018.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*, 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/Acesso:26/10/2018>.

COLLINS, Patrícia Hill. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. Revista Sociedade e Estado – Volume 31. Número 1 Janeiro/Abril 2016.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FURLIN, Neiva. *A categoria de experiência na teoria feminista*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So104-026X2012000300025 Acessado em: 13/12/2018.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GEBARA, Ivone. *Novas relações de gênero são possíveis*. Postado em 2004. Disponível em: Ivone GEBARA: Novas relações de gênero são possíveis (latinoamericana.org). Acessado em: novembro de 2020.

GELEDES – www.Geledes.org.br

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômico. In: LUZ, Madel. *O lugar da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GOMES, Nilma Lino. *A mulher negra que vi de perto: O processo de construção da identidade racial de professoras negras*. Maza edições. 1995.

JUNIOR, Joaquim Martins. *Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos*. 3. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

LORDE, Audre. The master's tools will never dismantle the máster`e house, in: Lorde, Audre. *Sister outsider: essays and speeches*. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984.

_____, Audre. *Os usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo*. Disponível em: https://www.geledes.org.br/os-usos-da-raiva-mulheres-respondendo-ao-racismo/?gclid=EAlaIQobChMIUjiB28rP8AIVCwWRCh1v7wIzEAAYASAAEgL7JvD_BwE – acessado em: novembro de 2020.

MAZAMA, Ama. A afrocentricidade como um novo paradigma. In: *Afrocentricidade uma abordagem epistemológica inovadora*. NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). São Paulo: Selo Negro. 2009.

MAMA, Amina. The Power of Feminist Pan-African Intellect. In: *Feminist Africa: Feminist organising strategy, voice, power*. Issue 22. 2017.

TAMALE, Sylvia. *As Dez Faces da Sexualidade*. (2017). Disponível em: http://mulheresnopoder.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2019/07/ANG_ART_50_AS_DEZ_FACES_DA_SEXUALIDADE_POR_SYLVIA_TAMALE.pdf . Acessado em: junho de 2019.

TOMASINI, R. *Pedagogia hospitalar: concepções de profissionais sobre as práticas educativas e pedagógicas no ambiente hospitalar*. 2008. Disponível em: Disponível em: <<http://www.cerelepe.faced.ufba.br/arquivos/fotos/102/dissertaricardotomasini.pdf>. Acesso em 10 mai 2016.

WERNECK, Jurema. *Saúde da Mulher Negra*. Cadernos Criola. Rio de Janeiro: Ed. Criola. Apoio: Public Welfare Foundation e Bird, 2001.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, Jose Augusto de Souza. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. rev. ampl São Paulo: Atlas, 2008.

SALAMM, Minna. *Uma breve história do feminismo africano* (2017). Disponível em: <https://www.geledes.org.br/uma-breve-historia-feminismo-africano/> . Acessado em: junho de 2018.

SIMEONI, Crystal. Growth for Whom? A Pan African Feminist Reflection on Macro Level Economic Policies. In: *Bread and Buter Series*. 2019.